



AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S.A

ATA DA 14ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, às oito horas e trinta minutos, realizou-se a 14ª Reunião do Conselho Fiscal da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A, na sede da Empresa, situada na Avenida Nove de Julho, número 4.597, no bairro Jardim Paulista, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, tendo como membros o Vice-Almirante (IM) **ANATALICIO RISDEN JUNIOR**, Presidente, o Sr. **MARCO ANTONIO ALVES** e a Sra. **GLAUBEN TEIXEIRA DE CARVALHO**. Participaram também da reunião, como convidados, o Diretor de Administração e Finanças, Contra-Almirante (IM) **AGOSTINHO SANTOS DO COUTO**, e o Auditor Interno da empresa, Sr. **JOSÉ WANDERLEY PINHEIRO**, e a Segundo-Tenente (RM2-T) **CARLA REGINA BOGGIANI**, designada para atuar como Secretária. O Presidente, tendo verificado haver *quórum* legal, nos termos dos Arts. 4º e 11º do Regimento Interno do Conselho Fiscal da AMAZUL, cumprimentou a todos e declarou iniciada a reunião, tendo sido observada a seguinte Ordem do Dia: I - **Leitura, votação e assinatura da Ata da Reunião anterior**: Foi lida e aprovada a Ata da 13ª Reunião Ordinária, realizada no dia 07/11/2014. II - **Comunicações do Presidente e dos Conselheiros**: Não houve. III - **Exame do Caderno de Pendências**: O Colegiado realizou a apreciação do Caderno de Pendências, no qual constam as seguintes solicitações do CONFIS apresentadas na Reunião Ordinária, realizada no dia 07/11/2014: a) inclusão, no quadro demonstrativo dos Processos Licitatórios, dos dados de tempo de contrato e amparo legal que fundamentou o processo licitatório. Item atendido; b) Parecer Jurídico referente ao processo do TJIL nº 04/2014 (Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica); c) detalhamento das receitas e despesas constantes nos Demonstrativos Contábeis da Empresa. Item atendido; e d) esclarecimento sobre a necessidade, para contratações plurianuais, de instrumento formal do Comando da Marinha para a execução dos créditos oriundos daquela UO pela AMAZUL. Os itens III.b) e III.d) serão analisados pelo Conselho Fiscal nos itens VI e VII, respectivamente. O Conselho Fiscal solicita que todos os documentos enviados para a apreciação do Colegiado sejam em papel com identificação da AMAZUL e que contenham o nome, cargo e a assinatura do responsável pela prestação das informações, bem como a inserção de cabeçalho nos referidos documentos. IV - **Situação Orçamentária e Financeira**: Apresentação do Diretor de Administração e Finanças. Apreciação do



quadro demonstrativo da situação orçamentária e financeira da Empresa: A situação orçamentária e financeira da AMAZUL, em 30 de novembro de 2014, revela RP Processados de R\$2.806,50, RP não Processados de R\$5.391.567,80 e RP Pagos de R\$4.359.740,96, correspondentes a 80,8% dos RP Inscritos; o quadro demonstrativo das despesas de custeio da AMAZUL apresenta o total dos créditos provisionados, empenhados e liquidados que somam, respectivamente, R\$7.361.502,09, R\$7.361.488,63 e R\$2.678.026,91. O valor pago foi de R\$2.553.291,95; o quadro demonstrativo das despesas de custeio de empregados, que exercem as atividades nas Unidades Operacionais do CTMSP e da COGESN, apresenta, também, o total dos créditos provisionados, empenhados e liquidados que somam, respectivamente, R\$16.349.712,43, R\$16.349.698,97 e R\$5.361.133,73; e o valor pago foi de R\$4.522.649,60. Exame do balancete e demais demonstrativos financeiros relativos ao mês de setembro de 2014. O Conselho Fiscal, ao analisar os demonstrativos, efetuou os seguintes registros: Os Ativos somaram R\$138.977.067, o resultado da AMAZUL até setembro foi de R\$11.744.304 e o resultado acumulado até dezembro de 2013 foi de R\$13.211.049, ambos negativos; o Ativo Circulante é de R\$117.452.291, sendo que na conta "orçamento do exercício" o valor de é R\$113.556.252; e o Passivo Circulante é de R\$140.228.010, sendo R\$113.659.262 no "orçamento do exercício". O Conselho Fiscal tomou conhecimento da situação orçamentária e financeira e solicitou que, nos próximos demonstrativos financeiros, bem como nos quadros que apresentam a situação orçamentária da AMAZUL.

V – Processos Licitatórios: O Conselho Fiscal tomou conhecimento do quadro demonstrativo das licitações em andamento datado de 01/12/2014, em que constam 23 (vinte e três) processos, sendo: 9 contratados; 6 em contratação, 5 sendo iniciados e 3 com abertura de certame, nas modalidades de Pregão (8), Adesão (5), TJIL (2), TDL (4), Convite (1), Termo aditivo (2) e Participação em Pregão (1). O Conselho solicitou que sejam inseridos dados complementares de vigência do contrato no citado quadro; solicitou, também, que todos os processos apresentados em uma reunião e que posteriormente tenham sido contratados, não sejam inseridos no quadro de apresentação referente aos processos licitatórios em andamento; solicitou, ainda, que os processos licitatórios acima de dez por cento do orçamento da AMAZUL sejam segregados; após a verificação do processo TJDL nº 13/2014 (implantação de infraestrutura – LABRISCO) e após explicação do Diretor de Administração e Finanças, o Conselho solicitou a correção da base legal referente às dispensas de licitação; e para a próxima reunião, foi solicitado a apresentação do Parecer Jurídico referente ao TJIL nº 06/2014, da empresa PartnerShip.

VI – Apreciação do Parecer Jurídico referente ao TJIL nº 04/2014: Os Conselheiros tomaram conhecimento do Parecer Jurídico nº 46/2014/LFV/AMZ, datado de 10 de agosto de 2014, que contém os argumentos relacionados à inviabilidade da competição, a natureza singular dos serviços e a notória especialização da empresa contratada. O Conselho concluiu que a legalidade da contratação de serviços advocatícios, sem licitação, depende diretamente da comprovação do devido enquadramento do



caso concreto às exigências da Lei, solicitando esclarecimentos adicionais ao Consultor Jurídico, bem como ao Auditor Interno o exame do Processo e que, após a devida análise, o assunto seja trazido à pauta para discussões. **VII – Esclarecimento sobre a necessidade, para contratações plurianuais, de instrumento formal do Comando da Marinha:** O Conselho Fiscal tomou conhecimento da minuta do Parecer Jurídico AMAZUL nº 66/2014/LFV/AMZ, datado de 28 de novembro de 2014, tendo em vista que estava sem assinatura e sem identificação numérica das páginas do processo, que se refere à verificação da necessidade, para contratações plurianuais, de instrumento formal do Comando da Marinha. O Conselho Fiscal, entendendo da necessidade de aprofundamento dos estudos sobre a interveniência do Comando da Marinha em contrato assinado entre a AMAZUL e terceiros, nos casos em que os créditos orçamentários sejam oriundos daquele Comando, solicitou ao Auditor Interno analisar a necessidade de instrumento formal para as contratações plurianuais. O assunto deverá ser reapresentado na 15ª Reunião Ordinária, que deverá ocorrer em 26/01/2015, para deliberação pelo Colegiado. **VIII – Apreciação do Passivo Trabalhista:** O Conselho Fiscal tomou conhecimento de Quadro Demonstrativo contendo planilha de cálculos em que consta a situação atual do Passivo Trabalhista, contendo 14 (quatorze) autores/processos, sendo R\$760.370,87 referentes ao valor total das sentenças e R\$13.656,32 referentes aos depósitos recursais. O Conselho Fiscal solicitou que seja acrescentado ao quadro o grau do risco desses Passivos, sendo divididos em baixo, médio e alto risco. **IX – Assuntos Gerais:** O Conselho tomou conhecimento das seguintes Certidões da AMAZUL: Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros; Débitos Trabalhistas; Regularidade do FGTS - CRF; Inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; e Ausência de registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas. Os Conselheiros tomaram conhecimento da situação atual relativa à adesão ao SIAPE, que se encontra em processo de implementação, estando o assunto a cargo do MPOG; o Colegiado aprovou alterações na agenda de reuniões para o 1º trimestre de 2015, tendo sido programadas as seguintes datas: 26/JAN, 27/FEV, 20/MAR; os Conselheiros apreciaram a Pauta de Verificação, elaborada de acordo com proposta apresentada pela Conselheira GLAUBEN TEIXEIRA DE CARVALHO e que deverá ser empregada para orientação da Ordem do Dia para as próximas reuniões do Conselho Fiscal; os Conselheiros solicitaram que os documentos a serem analisados na reunião sejam enviados com a antecedência de 15 dias, para as devidas análises, e que todos esses documentos sejam disponibilizados fisicamente na reunião, para eventuais consultas que se façam necessárias; e os Conselheiros solicitaram, ainda, o envio das Atas nº 9, nº 11 e nº 12, nº 13 e nº 14 da Diretoria Executiva e todas as Atas do Conselho de Administração, assinadas, para apreciação. **X – Outros assuntos de interesse geral:** Não houve. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião, lavrando-se a

fe



presente Ata em 2 (vias) que, após lida e aprovada foi assinada por mim Paula Regina Deggione, e pelos Conselheiros Fiscais, para os fins determinados em lei. São Paulo, 5 de dezembro de 2014.

ANATALICIO RIDEN JUNIOR
Vice-Almirante (IM)
PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL

MARCO ANTONIO ALVES
Representante do Ministério da Defesa
MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

GLAUBEN TEIXEIRA DE CARVALHO
Representante do Tesouro Nacional
MEMBRO DO CONSELHO FISCAL